



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33




São José das Palmeiras, 27 de novembro de 2023.

DE: SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
PARA: SETOR DE FINANÇAS

Prezada Senhora

Solicito que informe a dotação orçamentária para Contratação de empresa especializada em elaboração do **Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, Programa de controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Laudo técnico das condições Ambientais do Trabalho LTCAT, e Laudo de Insalubridade e Periculosidade - LIP, conforme quantidades, exigências e estimativas**, estabelecidas pela Secretaria de Administração do Município de São José das Palmeiras – PR.

Cordialmente


LEIDISLAINE STEFANI HOFFMANN
Secretária Municipal de Administração



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 28 de novembro de 2023


De: Setor de Finanças
Para: Secretária de Administração

Excelentíssimo Senhor,

Em atenção à solicitação expedida por Vossa Excelência, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para Contratação de empresa especializada em elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, Programa de controle Medico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Laudo técnico das Condições Ambientais do Trabalho LTCAT, e Laudo de Insalubridade e Periculosidade LIP, nas quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas pela Secretaria de Administração do Município de São José das Palmeiras – PR, conforme dotação orçamentária abaixo:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2023	630	03.002.04.122.0002.2022	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Cordialmente


Aparecida Conceição Sant Ana Ribeiro
Secretária de Finanças



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



SOLICITAÇÃO

**DA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PARA: PREFEITO MUNICIPAL**

1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada em Elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, Programa de controle Medico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Laudo técnico das condições Ambientais do Trabalho LTCAT, e Laudo de Insalubridade e Periculosidade LIP, nas condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas pela Secretaria de Administração do Município de São José das Palmeiras – PR.

1.2 Detalhamento do Objeto

A empresa além da elaboração deverá realizar a alimentação dos dados no sistema folha de pagamento do Município de São José das Palmeiras – PR.

2 – JUSTIFICATIVA

No âmbito administrativo, conforme o cronograma de implantação do eSocial publicado no Diário Oficial da União em 05/07/2019, por meio da Portaria SEPRT n.º 716/2019 foi definido datas de início e obrigatoriedade para os quatros grupos de empregadores, sendo a Administração Pública Municipal o enquadramento no grupo 4 - Entes Públicos e organizações internacionais.

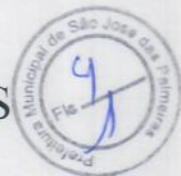
Esses empregadores devem enviar os eventos do eSocial em quatro fases: Fase 1 - Informações relativas às empresas, ou seja, cadastros do empregador e tabelas; Fase 2 - Informações relativas aos trabalhadores e seus vínculos com as empresas (eventos não periódicos), como admissões, afastamentos e desligamentos; Fase 3 - Folhas de pagamento; **Fase 4 - Dados de segurança e saúde no trabalho (SST).**

As determinações legais e técnicas pertinentes ao assunto, particularmente as disposições nas Normas Regulamentadoras n.ºs 01, 07, 12, 15, 16, 17 e 32, Lei 8213/1991, Portaria Conjuntas MTP/RFB N.º 3, de 19 de abril de 2022, MTP/RFB/ME N.º 33, de 6 de outubro de 2022, e SEPRT/RFB/ME N.º 71, de 29 de junho de 2021, no Decreto 3048/1999 e na Instrução Normativa SGP/SEGGG/ME n.º 15, de 16 de março de 2022 e na Lei Municipal n.º 669/2022.

Além de todo esse processo tem também a identificação dos riscos e a implantação das medidas de controle pertinentes não somente para a manutenção da saúde de todos os servidores através da prevenção da ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Propiciando assim um ambiente de trabalho saudável, melhora a satisfação pessoal o que traz reflexos positivos na qualidade de vida dos servidores e na gestão pública.

PCMSO — Elaborar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, conforme estabelece a NR 7 do Ministério do Trabalho. O PCMSO visa através do diagnóstico precoce de doenças do trabalho e agravos gerais à saúde do trabalhador, fazer o mapeamento das zonas de riscos. Com base nesse programa o médico do trabalho irá atuar de forma preventiva, antecipando os riscos e situações causadoras dos mesmos. Anualmente, a entidade fica obrigada a fazer uma revisão. Algumas de suas exigências básicas são as realizações dos exames em todos os servidores públicos do Município com a elaboração do programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional, visando à promoção da saúde e integridade dos servidores, considerando os cargos ocupados, a tarefa executada, a exposição aos agentes nocivos, a idade, entre outras variáveis e deverá conter no mínimo:

- a) Indicação de exames admissionais, considerando o cargo e a atividade desempenhada, ressaltando se expressamente a ilegalidade do respectivo custeio ao trabalhador;
- b) Indicação de exames periódicos, considerando a atividade que realiza o agente de exposição. Queixas mais frequentes, inclusive nos casos de suspeita de LER/DORT, não se limitando aos critérios da idade, entre outros. - Indicação de exames demissionais, considerando o cargo e a atividade desempenhada.
- c) Indicação de exames de retorno ao trabalho e de mudança de função.
- d) deverá ser assinado por médico do Trabalho.

OBS: A empresa contratada deverá apresentar ART/CREA recolhida antes do início dos trabalhos, sob pena de rescisão contratual e deverá entregar uma via na divisão de Licitações e Contratos.

LTCAT — Elaborar o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, acompanhado por relatório, com a 1 caracterização efetiva da insalubridade e/ou periculosidade de acordo com as Normas Regulamentadoras 15 e 16, Decreto nº 3048/1999 que regulamenta a Previdência Social, Portaria nº 3.311 do Ministério do Trabalho e Emprego, e outros preceitos determinados pela legislação pertinente e terá validade enquanto não houver alteração do layout ou dos riscos existentes no ambiente de trabalho. O documento será apresentado de forma impressa e digital, devendo estar separado por Secretaria e local de trabalho, bem como nos postos de trabalho. A elaboração do LTCAT, deverá possuir a Anotação de Responsabilidade Técnica — ART, recolhida junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná — CREA/PR. O LTCAT deve ser expedido por médico do trabalho da empresa contratada.

LIP — Elaborar o Laudo de Insalubridade e Periculosidade conforme NR 15 e NR 16 do M.T.E. A Caracterização e a classificação da insalubridade e periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia. Os benefícios trazidos ao empregador com a realização destes laudos são a adequação à legislação vigente e a redução de custos com pagamentos de insalubridade e periculosidade.



3 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O Critério de julgamento será pregão eletrônico.

4 - DAS ESPECIFICAÇÕES/VALORES REFERENCIAIS

4.1 Descrição dos serviços a serem realizados:

4.1.1 PROGRAMAS INTEGRADOS SST

4.1.1.1 Programas Legais em Segurança: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO e PGR Programa de Gerenciamento de Riscos.

4.1.2 Elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho de acordo com a legislação vigente da Previdência Social.

4.1.3 Avaliação Quantitativa de Agentes Físicos.

4.1.4 Realização da Avaliação Quantitativa de Agentes Ambientais Químicos: os agentes químicos serão amostrados conforme métodos determinados pelo laboratório, analisados e comparados aos limites de tolerância recomendados pela American Conference of Governmental Industrial Hygienists - ACGIH e/ou Norma Regulamentadora – NR-15 e NR16.

4.1.5 Os laudos e programas referenciados devem estar nos moldes do programa federal e Social, constituído em suas tabelas para o serviço segurança do trabalho.

4.1.6 A empresa vencedora do certame deve possuir em seu quadro laboral empregatício médico com especialização em medicina do trabalho com registro/inscrição no conselho médico CRM/PR, comprovar responsabilidade técnica do profissional em Medicina, engenheiro de segurança do trabalho, técnico em segurança do trabalho com seus respectivos registros nos conselhos de classe válidos e atualizados.

4.1.7 A empresa deve possuir atestado de capacidade técnica comprovada de atendimento a outras empresas ou municipalidades (superior a 150 funcionários) a empresa de possuir capacidade financeira própria para poder entregar os laudos contratados.

4.1.8 A empresa vencedora do certame deverá comprovar através de atestado de capacidade técnica a capacidade do profissional designando em laudo técnico de condições ambientais de trabalho - ltcatt, programa de gerenciamento de riscos - pgr, programa de controle de saúde ocupacional - pcmsso, laudo de insalubridade e periculosidade - lip em órgãos públicos e suas contestações jurídicas.

4.1.9 Todas as avaliações para execução sub escritas no item anterior devem ser executadas no posto de trabalho onde se localizam os servidores municipais desta municipalidade, identificando possíveis riscos laborais, incidência de insalubridade (em seus níveis) ou periculosidade, identificação de exames laborais para visualização técnica de possíveis doenças laborais e suas variantes.

4.1.10 Os laudos de condições ambientais serão executados por posto de trabalho sendo discriminado suas igualitárias, desde que o posto de trabalho, função, descrição de posto de trabalho sejam os mesmos em seus riscos e incidências conforme prediz nas normas regulamentadoras NR-15 e NR16, conforme portaria 3214/78 do MTE.

4.1.12 segue abaixo a tabela, com seus respectivos quantitativos:



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	VLR DEFINIDO
01	SERVIÇO	Contratação de empresa especializada para a Elaboração do Programa de Gerenciamento de riscos - PGR; Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional - PCMSO; Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP.	32.000,00

5 - FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

5.1 Os produtos deste termo de referência serão em prestação de serviço e a entrega dos documentos produzidos pelo profissional e os levantamentos nos postos de trabalho devem ser entregues no Departamento de Recursos Humanos.

5.2 Os laudos e levantamentos laborais produzidos para os laudos e programas de prevenção terão prazo de 15 dias para entrega após os levantamentos referenciados nos postos de trabalho pela empresa vencedora do certame, a empresa terá 90 dias para a elaboração dos documentos.

5.3 Caso ocorra fato gerador na qual a empresa não possa realizar a entrega do item, a mesma deverá entrar em contato com o departamento de segurança do trabalho apresentando suas justificativas, sendo que isto não a isentará de sofrer as sanções legais, caso seja evidenciado má fé ou dano a Administração Municipal.

O prazo de execução dos serviços é de 180 (cento e oitenta) dias e a vigência do contrato é de 360 (trezentos e sessenta) dias.

6 – DO ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA E AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

O acompanhamento da prestação dos serviços ficará a cargo da servidora, a **Sra. Danubia de Cassi Barnabé**, emitindo mensalmente relatório da entrega dos produtos e/ou serviços, podendo recusar-se a receber produtos/serviços cujo nível de qualidade não seja similar aos especificados no edital.

7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;

7.1 Entregar o serviço a ser licitado, definidos neste termo de Referência de acordo com a legislação pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressalvando as hipóteses de expressa anuência por parte da administração;

7.2 Entregar o objeto conforme especificado e dentro do prazo de entrega estipulado neste Termo de Referência;

7.3 Prestar garantia e suporte técnico conforme estabelecido neste Termo de Referência;

7.4 Atender quando solicitado para as perícias técnicas, atestado de saúde ocupacional e respectivos laudos técnicos laborais de condição de trabalho;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



7.5 Responder pelos danos causados diretamente a Administração Pública Municipal de São José das Palmeiras ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

7.6 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento dos documentos e serviços;

Os documentos deverão ser elaborados de acordo com as normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho e demais normas técnicas pertinentes, respeitando a legislação vigente e por profissionais devidamente capacitados, com seus registros.

O PCMSO, LTCAT e LIP deve atender todas as áreas e ambiente de trabalho ocupados por servidores do Município. Sendo que o Município possui 07 (sete) Secretarias Municipais: Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social, que deverão ser contemplados no PCMSO, LTCAT, LIP.

As empresas interessadas em participar do processo licitatório, deverão conter profissionais devidamente qualificados, como registro no CREA ou TEM e CRM.

Nos valores deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos para a realização dos serviços tais como: Transportes, materiais, insumos, aparelhos, equipamentos, análise laboratoriais, inclusive EPI's pertinentes e necessários para a perfeita execução dos mesmos.

O PCMSO, LTCAT e LIP deverão ser entregues impressos (via física) e por email/pdf (via digital) aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos.

Durante o prazo de vigência do contrato (360 dias), a contratada deverá realizar as devidas alterações, inclusões e atualizações dos programas e laudos, sempre que solicitado pela contratante, sem inclusão de custos adicionais.

8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

Impedir que terceiros executem o fornecimento do objeto;

Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento da(s) mercadorias, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

Solicitar a(s) mercadoria(s) e/ou serviços;

Verificação das quantidades da(s) mercadorias(s) entregues;

11 - DO PAGAMENTO

O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega do (s) produto (s) e prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

- 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços;



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



- 2) Certidão Negativa de Débitos do INSS;
- 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa.
- 5) Certidão Negativa de débitos Estaduais;
- 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

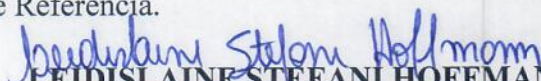
12 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2023	630	03.002.04.122.0002.2022	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

13 - DA AUTENTICIDADE DOS ORÇAMENTOS

Pelo presente declaro que os orçamentos contendo cotação de preços das empresas: Gnomon Segurança de Trabalho, Hara & Tachinardi Serviços Médicos LTDA, Previna Assessoria e Treinamento de Segurança do Trabalho, foram por mim recebidos e rubricados, passando integrar o presente Termo de Referência.



LEIDISLAINE STEFANI HOFFMANN
Secretária Municipal de Administração

12 - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Como condição de classificação, poderá (ão) o Senhor Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitação promover, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93 diligências que entender necessárias.

São José das Palmeiras, 05 dezembro de 2023.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA


LEIDISLAINE STEFANI HOFFMANN
Secretária Municipal de Administração



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 07 de dezembro de 2023.

De: Gabinete do Prefeito

Para: Comissão Permanente de licitação

Prezado Senhor:

Em vista da solicitação da Secretaria de Administração, visando a Contratação de empresa especializada em Elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, Programa de controle Medico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Laudo técnico das condições Ambientais do Trabalho LTCAT, e Laudo de Insalubridade e Periculosidade LIP, nas condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas pela Secretaria de Administração do Município de São José das Palmeiras – PR, fica Vossa Senhoria autorizado a dar prosseguimento a abertura de processo de licitação, consoante com a Lei 8.666/93.

Atenciosamente


NELTON BRUM
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



DA: ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre Licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 055/2023

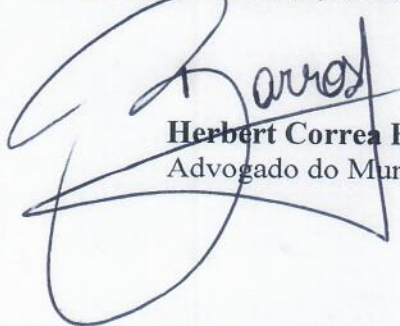
Por determinação do Senhor Prefeito Municipal e Secretaria de Administração, referente ao Pregão Eletrônico nº 055/2023, em que transcorre o procedimento licitatório nesta modalidade, do tipo “menor preço”, para Contratação de empresa especializada em Elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, Programa de controle Medico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Laudo técnico das condições Ambientais do Trabalho LTCAT, e Laudo de Insalubridade e Periculosidade LIP, nas condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas pela Secretaria de Administração do Município de São José das Palmeiras – PR, veio a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico quanto à minuta do instrumento de Pregão Eletrônico, face ao contido no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Examinada a minuta referida e encartada, entendemos que guardam regularidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, visto que presente as cláusulas essenciais, sem quaisquer condições que possam tipificar preferências ou discriminações.

Quanto ao objeto pretendido pela Administração - aquisição de bens e serviços comuns tem-se que este objeto é compatível com o Pregão, nos termos do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002.

Desta forma, a minuta pode ser adotada. Restituam-se os autos às Secretarias responsáveis.

São José das Palmeiras, 08 de dezembro de 2023.


Herbert Correa Barros
Advogado do Município



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTROLE INTERNO

PARECER DE ACOMPANHAMENTO

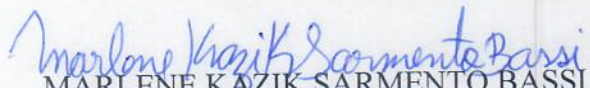
Desencadeado tramite para emissão de procedimento licitatório de PREGÃO ELETRONICO Nº 055/2023, visando a Contratação de empresa especializada em Elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, Programa de controle Medico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Laudo técnico das condições Ambientais do Trabalho LTCAT, e Laudo de Insalubridade e Periculosidade LIP, nas condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas pela Secretaria de Administração do Município de São José das Palmeiras – PR.

A Assessoria de Controle Interno procedendo análise da documentação arrolada nota que até o presente momento apresentam-se todos os encaminhamento necessários constando inclusive informação de dotação orçamentária e analise com emissão de parecer, pelo advogado do município.

Desta forma opinamos pela legalidade do referido processo consentindo que se de encaminhamento ao mesmo, de acordo com a legislação em vigor.

É o parecer,

São José das Palmeiras, 08 de dezembro de 2023.


MARLENE KÁZIK SARMENTO BASSI
Assessora de Controle Interno